

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPPRE Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
A MAPPRE Capitalização S.A. encerrou o exercício de 2012 com R\$ 17,6 milhões (R\$ 16,5 milhões em dezembro de 2011) de receita líquida de títulos de capitalização.
As provisões técnicas totalizaram, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 20,4 milhões (R\$ 16,0 milhões em

dezembro de 2011).
O resultado do exercício de 2012, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi R\$ 3,9 milhões (R\$ 7,3 milhões em dezembro de 2011) e lucro líquido de R\$ 2,1 milhões (R\$ 4,3 milhões em dezembro de 2011). A redução do lucro foi decorrente de gastos incorridos no processo de melhorias operacionais, desenvolvimento de novos produtos e ampliação da equipe comercial da Companhia, que deverá apoiar o crescimento projetado pela Administração e propiciar aos nossos clientes e distribuidores melhores funcionalidades operativas.
A Administração prevê para o próximo exercício a consolidação dos processos operacionais e a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Capitalização, promovendo constantes melhorias nos níveis

de serviços prestados aos clientes.
Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 430/12, a MAPPRE Capitalização S.A., com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e clientes a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2012	2011	Passivo	Notas	2012	2011
Circulante		29.106	31.540	Circulante		21.910	17.609
Disponível		227	449	Contas a pagar		1.547	1.594
Caixa e bancos		227	449	Obrigações a pagar		742	406
Aplicações		22.451	23.508	Impostos e encargos sociais a recolher		127	56
Créditos das operações de capitalização		3.971	2.995	Encargos trabalhistas		287	172
Créditos das operações de capitalização		3.951	2.973	Impostos e contribuições		291	960
Outros créditos operacionais		24	23	Débitos de operações com capitalização		—	1
Títulos e créditos a receber		2.320	4.454	Débitos operacionais		—	1
Créditos tributários e previdenciários		740	14	Provisões técnicas - capitalização		20.363	16.014
Outros créditos		1.580	4.440	Provisão para resgates		15.964	9.452
Outros valores e bens		139	133	Provisão para indenizações		4.399	6.562
Outros valores		133	133	Patrimônio líquido		17.993	23.952
Ativo não circulante		10.797	10.021	Capital social		12.000	12.000
Realizável a longo prazo		10.797	10.021	Reservas de lucros		5.993	11.952
Aplicações		9.993	9.347				
Títulos e créditos a receber		118	88				
Créditos tributários e previdenciários		139	133				
Imobilizado		334	115				
Bens móveis		640	322				
(-) Depreciação		(306)	(207)				
Intangível		352	471				
Outros intangíveis		352	471				
Total do Ativo		39.903	41.561	Total do Passivo		39.903	41.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

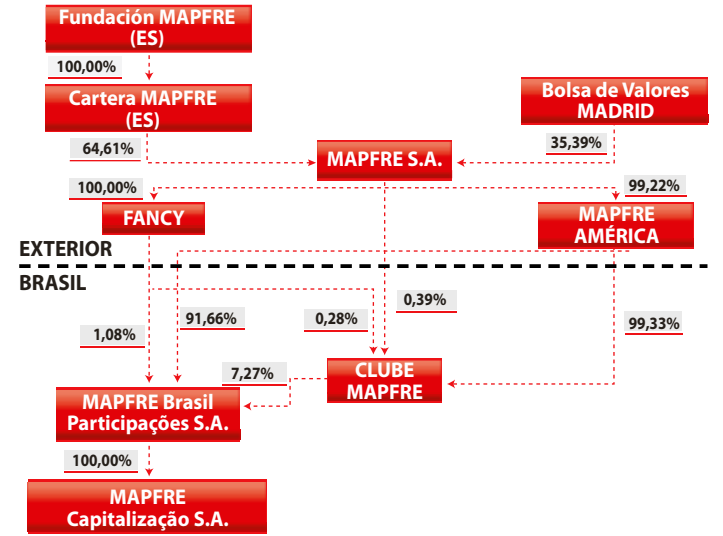
	Reserva de lucros			Total
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.000	7.275	383	19.658
Lucro líquido do exercício	—	—	—	4.294
Destinação do lucro	—	—	—	(215)
Reserva legal	—	—	215	(4.079)
Destinação para futuro aumento de capital	—	4.079	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.000	11.354	598	23.952
Distribuição de dividendos - AGO de 30 de março de 2012	—	(8.000)	—	(8.000)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	2.041
Destinação do lucro	—	—	—	(102)
Reserva legal	—	—	102	(1.939)
Destinação para futuro aumento de capital	—	1.939	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.000	5.293	700	17.993

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPPRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Capitalização está sediada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 11º andar, São Paulo e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Capitalização integra o SISTEMA MAPPRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha, com foco nas estruturas operacionais administrativas comuns. São 31 demonstrações de 2012 estabelecidas em acordo operacional existente entre as empresas do grupo. Em 31 de dezembro de 2012, a estrutura do Grupo é a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis" adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 430/12 revoga a Circular SUSEP nº 424/11. As demonstrações financeiras são apresentadas contemplando as alterações introduzidas pela circular e foram ajustadas sem efeitos representativos para fins de comparação. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2013. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposições do CPC nº 21 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos e da Circular SUSEP 430/12. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Capitalização possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a capacidade de continuar operando. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: i. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii. Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e iv. Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional utilizada pela Capitalização está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da sociedade. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas:** As demonstrações financeiras de natureza contábil envolvem o uso de estimativas, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as revisões são realizadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Provisões técnicas - capitalização. • Ativos financeiros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias compreendidos entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de flutuação do seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores. **b) Apreciação do resultado:** As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas imediatamente quando de seu efetivo recebimento. As despesas operacionais são reconhecidas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **c) Ativos financeiros:** A Capitalização classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentro das categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados à data de aquisição a serem vendidos ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos para os quais a Seguradora tem intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros e a atualização monetária menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Empreendimentos e recebíveis:** Compreendem, principalmente, recebíveis decorrentes de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras, e as cosseguradoras, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício. **d) Redução ao valor recuperável: (i) Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas ao resultado e refletidas em conta reservatória do custo de aquisição. Quando ocorre a reversão de uma perda por imparidade, que se reverte ao custo de aquisição, a perda é revertida e o custo do ativo passa a ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na medida em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. A Companhia não adota a aplicação facultativa da reavaliação do custo na adoção inicial ocorrida em 2010, conforme nos itens 22 e 51 do ICPIC 10, ao ativo imobilizado e a propriedade para investimento é revisado nos pronunciamentos técnicos (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado). O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que os benefícios econômicos associados com o item do ativo não fluir para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou parte de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota 8. A administração da Companhia considerou adequada a sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **f) Intangível:** Gastos de desenvolvimento de sistema de uso interno são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se os benefícios futuros forem prováveis e se existir a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e utilizar o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra direta. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros e são incorporados ao respectivo ativo a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. **g) Imparidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **h) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo CNSP e notas técnicas

aprovadas pela SUSEP que consideram percentuais fixos aplicáveis sobre as parcelas efetivamente recebidas. As atualizações monetárias e juros creditados às provisões técnicas são contabilizados como "Despesas financeiras". **i) Passivos financeiros:** Compreendem fornecedores e contas a pagar que são reconhecidos ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **ii) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é constituída baseada em um histórico de eventos ocorridos, e quando seja provável que um recurso econômico venha ser exigido para liquidar uma obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Capitalização, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB nº 15/2006 e 17/2006. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Seguradora não estava no polo passivo de qualquer processo judicial, não tendo necessidade de qualquer provisão contingente. **k) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações com aposentadorias:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPPRE Vera Cruz Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas ao resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos ao resultado do exercício à medida que são incorridos. **l) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **m) Imposto de renda e contribuições sociais:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pelo método das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **n) Receitas das operações de capitalização:** Em atendimento ao Circular SUSEP 430/12, a Administração elaborou um estudo técnico que avaliou o fato gerador das receitas e das provisões técnicas no que tange a mensuração e o registro. As receitas das operações de capitalização são reconhecidas integralmente no mês de sua emissão, como resultado do estudo técnico foi comprovado a não relevância das despesas residuais relacionadas aos títulos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Capitalização, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Capitalização na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas multilaterais do Grupo MAPPRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de riscos aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado dentro de um processo apoiado pela estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (compliance) são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. A Seguradora conta também com os seguintes comitês: **Comitê Financeiro:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa, tem como finalidade analisar e designar apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a auditoria interna possui um importante papel. A sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Capitalização. No âmbito da estrutura de governança corporativa, o gerenciamento de riscos de crédito é administrado pelo Comitê de Riscos e Controles Internos. O risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio da possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros) com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's. A Capitalização utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress com o intuito de avaliar a estrutura de governança corporativa consistente com a importância dos negócios para mitigação de riscos para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Capitalização em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Capitalização possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. **Gerenciamento do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. O Grupo monitora, por meio da gestão de ativos e passivos, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

	A Vencer em até	A Vencer acima	Total
	1 ano	de 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	227	—	227
Valores justos por meio do resultado	22.451	—	22.451
Mantidos até o vencimento	—	9.993	9.993
Outros ativos	3.975	—	3.975
Total dos ativos financeiros	29.106	118	29.217
Contas a pagar	1.547	—	1.547
Provisões técnicas - seguros e resseguros	20.363	—	20.363
Total dos passivos financeiros	21.910	—	21.910

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
(+) Receita líquida com títulos de capitalização		17.561	16.478
(-) Atualização social de capitalização		41.930	41.930
(+/-) Variação da provisão para resgate		(23.184)	(17.347)
(+/-) Variação da receita diferida - títulos de capitalização		(285)	—
(+) Resultado com sorteio		(9.550)	(8.213)
(-) Custos de aquisição		(86)	(302)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	16a	120	(334)
(+) Outras receitas operacionais		120	120
(-) Despesas administrativas	16b	(6.740)	(3.966)
(+) Pessoal próprio		(4.570)	(1.515)
(+) Serviços de terceiros		(1.029)	(900)
(+) Localização e funcionamento		(983)	(1.336)
(+) Publicidade e propaganda		(22)	(23)
(+) Publicações		(70)	(81)
(+) Outros serviços contábeis		(22)	(81)
(+) Despesas administrativas diversas		(44)	(17)
(-) Despesas com tributos	16c	(487)	(472)
(-) Resultado financeiro	16d	3.072	4.086
(=) Resultado operacional		3.890	7.277
(=) Resultado antes dos impostos e participações		3.890	7.277
(-) Imposto de renda		(849)	(1.707)
(-) Contribuição social		(524)	(1.075)
(-) Participações sobre o lucro		(476)	(201)
(=) Lucro líquido		2.041	4.294
(/)			

